

Anexo I da Ordem de Serviço SUBSET nº 10, de 27 de janeiro de 2023
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS | | | | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | (Últimos 12 meses) | | | | | | |
| | LIQUIDADAS | | | | | | |
| | 2022 | | | | | | |
| | janeiro | fevereiro | março | abril | maio | junho | julho |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 604.257.287,11 | 611.551.722,34 | 700.762.612,32 | 708.957.662,61 | 694.894.633,08 | 684.559.270,91 | 726.340.581,31 |
| Pessoal Ativo | 325.426.212,19 | 302.162.094,56 | 352.150.490,60 | 374.970.735,49 | 369.630.744,43 | 357.327.120,98 | 390.315.518,94 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 292.697.478,64 | 271.074.482,26 | 315.357.984,35 | 335.759.087,66 | 332.461.335,38 | 318.950.526,65 | 353.014.333,55 |
| Obrigações Patronais | 32.728.733,55 | 31.087.612,30 | 36.792.506,25 | 39.211.647,83 | 37.169.409,05 | 38.376.594,33 | 37.301.185,39 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 243.111.443,10 | 255.803.329,70 | 296.598.921,07 | 277.560.225,14 | 274.329.640,13 | 273.356.771,41 | 281.210.006,11 |
| Aposentadorias, Reservas e Reformas | 206.950.534,35 | 217.408.817,73 | 255.468.988,93 | 237.741.910,68 | 234.482.294,11 | 233.521.001,83 | 239.683.115,48 |
| Pensões | 36.160.908,75 | 38.394.511,97 | 41.129.932,14 | 39.818.314,46 | 39.847.346,02 | 39.835.769,58 | 41.526.890,63 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | 35.719.631,82 | 53.586.298,08 | 52.013.200,65 | 56.426.701,98 | 50.934.248,52 | 53.875.378,52 | 54.815.056,26 |
| Despesa com Pessoal não executada orçamentariamente | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 71.794.918,12 | 36.494.248,52 | 35.675.720,81 | 53.461.174,86 | 87.673.557,92 | 50.261.265,85 | 91.712.186,93 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 182.855,62 | 187.050,28 | 187.120,24 | 966.894,25 | 657.051,64 | 436.435,48 | 697.968,81 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 23.819,26 | 40.384,56 | 354.166,06 | 744.628,36 | 30.642.089,86 | 6.439.590,97 | 39.245.176,77 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 55.471.370,66 | 7.840.600,19 | 5.159.758,72 | 2.307.614,49 | 2.023.665,19 | 1.437.113,26 | 3.286.451,30 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 16.116.872,58 | 28.426.213,49 | 29.734.675,79 | 49.442.037,76 | 54.350.751,23 | 41.948.126,14 | 48.482.590,05 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 532.462.368,99 | 575.057.473,82 | 665.086.891,51 | 655.496.487,75 | 607.221.075,16 | 634.298.005,06 | 634.628.394,38 |

| DESPESA COM PESSOAL | LIQUIDADAS | | | | | | Total (Últimos 12 meses) (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|------------------------------------|--|
| | 2022 | | | | | | | |
| | agosto | setembro | outubro | novembro | dezembro | | | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 732.881.306,97 | 681.064.780,59 | 681.300.288,92 | 694.921.792,74 | 1.267.268.724,19 | 8.788.760.663,09 | 7.491.218,12 | |
| Pessoal Ativo | 397.149.635,06 | 356.565.941,75 | 352.293.165,23 | 359.640.373,91 | 805.416.117,77 | 4.743.048.150,91 | 5.192.216,33 | |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 354.863.438,70 | 317.337.444,44 | 314.686.872,52 | 322.943.163,03 | 727.010.222,38 | 4.256.156.369,56 | 4.397.695,76 | |
| Obrigações Patronais | 42.286.196,36 | 39.228.497,31 | 37.606.292,71 | 36.697.210,88 | 78.405.895,39 | 486.891.781,35 | 794.520,57 | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 279.977.485,04 | 271.742.311,91 | 281.143.578,73 | 277.202.312,79 | 383.570.369,48 | 3.395.606.394,61 | 318.592,60 | |
| Aposentadorias, Reservas e Reformas | 239.291.865,77 | 233.296.422,63 | 240.215.426,64 | 236.362.419,08 | 327.705.177,14 | 2.902.127.974,37 | 318.592,60 | |
| Pensões | 40.685.619,27 | 38.445.889,28 | 40.928.152,09 | 40.839.893,71 | 55.865.192,34 | 493.478.420,24 | 0,00 | |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | 55.754.186,87 | 52.756.526,93 | 47.863.544,96 | 58.079.106,04 | 78.282.236,94 | 650.106.117,57 | 1.980.409,19 | |
| Despesa com Pessoal não executada orçamentariamente | - | - | - | - | - | - | - | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 42.546.838,99 | 64.047.025,78 | 25.180.906,27 | 30.782.022,69 | 262.676.935,04 | 852.306.801,78 | 148.333,03 | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 2.475.082,91 | 459.794,42 | 852.781,35 | 469.247,13 | 282.350,18 | 8.094.632,31 | 17.745,22 | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 1.062.945,44 | 1.012.908,04 | 1.460.345,48 | 8.709.954,84 | 84.555.547,84 | 174.291.557,48 | 0,00 | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 2.588.025,93 | 1.208.190,83 | 1.636.145,13 | 999.615,55 | 593.496,96 | 84.552.048,21 | 130.587,81 | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 36.420.784,71 | 61.366.132,49 | 21.231.634,31 | 20.603.205,17 | 177.245.540,06 | 585.368.563,78 | 0,00 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 690.334.467,98 | 617.017.754,81 | 656.119.382,65 | 664.139.770,05 | 1.004.591.789,15 | 7.936.453.861,31 | 7.342.885,09 | |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
|---|--|--------------------------|------------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | 21.250.420.141,80 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A §1º, da CF) (V) | | 8.080.042,82 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166 §16, da CF) (VI) | | 48.627.718,92 | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA DE PESSOAL (VII) = (IV-V-VI) | | 21.193.712.380,06 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b) | | 7.943.796.746,40 | 37,48 |
| LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | | 10.384.919.066,23 | 49,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (IX)=(0,95 x VIII) (parágrafo único, art. 22 da LRF) | | 9.865.673.112,92 | 46,55 |
| LIMITE DE ALERTA (X)=(0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | | 9.346.427.159,61 | 44,10 |

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

Notas Explicativas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- O demonstrativo inclui as despesas da Defensoria Pública do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido em Lei Limite de Despesa com Pessoal.
- As Naturezas de Despesa 319091 (Sentenças Judiciais) e 319092 (Despesa de Exercícios Anteriores), fonte de recursos 70, do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), são classificadas como Despesas não Computadas na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".
- Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF), em orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" foram compostas da seguinte forma:

| Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas | Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$) | Inscrição em Restos a Pagar não Processados |
|--|---------------------------------------|---|
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo) | 585.368.563,78 | - |
| + Inativos e Pensionistas - Fundo de Proteção Social dos Militares (FPS) | 167.463.341,94 | - |
| + Inativos e Pensionistas Custeados com outros recursos (Poder Executivo) | 2.642.774.488,89 | 318.592,60 |
| Total | 3.395.606.394,61 | 318.592,60 |

| Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$) |
|---|---------------------------------------|
| Despesa Liquidada - GND 31- fonte de recurso 70 nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário) | 582.589.339,90 |
| (-) Benefícios Previdenciários pertinentes aos demais Poderes - fonte de recurso 70 | 164.684.118,06 |
| + Despesa Liquidada GND 31- fonte de recurso 76 na Unidade Gestora - 600212 (Fundo de Proteção Social dos Militares) | 167.463.341,94 |
| Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS (Poder Executivo) | 585.368.563,78 |

5- Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 12ª edição, foram excluídas do demonstrativo as ações relativas aos benefícios previdenciários e abono, dos inativos e pensionistas vinculados aos demais poderes do Estado do Espírito Santo, de forma a evidenciar, neste demonstrativo, somente as despesas com inativos e pensionistas vinculados ao Poder Executivo. O montante excluído, segregado por fundo, é demonstrado a seguir:

| Ação Orçamentária | Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$) |
|--|---------------------------------------|
| Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Financeiro (UG 600210) | 515.938.986,69 |
| Ação 0006 - Concessão de Abono a Inativos e Pensionistas | 1.750.940,42 |
| Ação 0008 - Concessão de Abono a Inativos e Pensionistas | 49.500,00 |
| Ação 0011 - Concessão de Abono a Inativos e Pensionistas | 284.700,00 |
| Ação 0012 - Concessão de Abono a Inativos e Pensionistas | 382.992,86 |
| Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo | 50.354.768,45 |
| Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo | 48.550.862,10 |
| Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo | 72.050.309,41 |
| Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo | 332.384.514,21 |
| Ação 0127 - Benefícios Previdenciários dos Cartórios não Oficializados do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo | 10.130.399,24 |
| Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Previdenciário (UG 600211) | 3.396.469,48 |
| Ação 0006 - Concessão de Abono a Inativos e Pensionistas | 27.000,00 |
| Ação 0008 - Concessão de Abono a Inativos e Pensionistas | 3.000,00 |
| Ação 0011 - Concessão de Abono a Inativos e Pensionistas | 4.500,00 |
| Ação 0012 - Concessão de Abono a Inativos e Pensionistas | 3.000,00 |
| Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo | 146.540,79 |
| Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo | 1.003.306,30 |
| Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo | 89.231,67 |
| Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo | 2.119.890,72 |
| Total | 519.335.456,17 |

6 - A linha "Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)" é composta da seguinte forma :

| Natureza da despesa/item patrimonial | Liquidado - últimos 12 meses | Inscrição em Restos a Pagar não Processados |
|---|------------------------------|---|
| 339034/2874 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL | 30.559.934,80 | 1.244.287,18 |
| 339034/2878 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS | 22.551.899,49 | 436.749,21 |
| 339034/4715 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV EDUCACIONAIS | 25.341.005,30 | - |
| 339034/4716 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV HOSPITALARES | 301.653,00 | - |
| 339034/4761 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - CIRURGIA VASCULAR | 8.476.283,87 | - |
| 339034/4762 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - MEDICINA INTENSIVA | 38.087.691,23 | 288.638,71 |
| 339034/4763 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - ORTOP. E TRAUMATOLOGIA | 19.872.719,80 | 3.697,53 |
| 339034/4764 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - CIRURGIA GERAL | 22.604.093,28 | - |
| 339034/4765 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - ANESTESIOLOGIA | 31.939.401,14 | 6,56 |
| 339034/4776 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - CIRURGIA PLÁSTICA | 2.907.784,80 | - |
| 339034/4777 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - NEUROCIRURGIA | 14.828.614,81 | - |
| 339034/4778 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - ONCO HEMATOLOGIA | 3.732.293,00 | - |
| 339034/4781 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS PERÍCIAS | 251.853,56 | 7.030,00 |
| 339034/4820 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - PEDIATRAS | 16.729.677,19 | - |
| 339092/2878 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 13.299,49 | - |
| 339091/4872 - OPV - ADVOGADOS DATIVOS | 5.147.176,16 | - |

| | | |
|--|-----------------------|---------------------|
| 339092/4761- SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - CIRURGIA VASCULAR | 8.767,02 | - |
| 339092/4763- SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - CIRURGIA VASCULAR | 193.504,05 | - |
| 339092/4775- SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - ORTOP. E TRAUMATOLOGIA | 14.680,10 | - |
| 339092/4777- SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - NEUROCIURGIA | 7.371,44 | - |
| 339092/4872- OPV - ADVOGADOS DATIVOS | 3.310.575,28 | - |
| Total | 246.880.278,81 | 1.980.409,19 |

E, também da despesa de pessoal decorrentes de contratos de gestão, que possam ser caracterizadas como substituição de mão de obra, registrados pela SEJUS e SESA na conta contábil 863110100, em atendimento a Portaria STN nº 377, de 08 de julho de 2020, e a Nota Técnica SEI nº 45799/2020/ME, de 19 de outubro de 2020, conforme tabela abaixo :

| 2022 | janeiro | fevereiro | março | abril | maio | junho | julho |
|--------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| FES | 29.212.878,08 | 30.809.695,51 | 34.179.915,08 | 34.517.435,58 | 33.675.634,57 | 32.590.320,54 | 33.253.386,75 |
| SEJUS | 1.097.564,19 | 1.134.969,87 | 1.168.168,71 | 1.174.743,69 | 1.143.130,32 | 1.279.899,19 | 1.243.133,91 |
| TOTAL | 30.310.442,27 | 31.944.665,38 | 35.348.083,79 | 35.692.179,27 | 34.818.764,89 | 33.870.219,73 | 34.496.520,66 |

| 2022 | agosto | setembro | outubro | novembro | dezembro | total |
|--------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| FES | 31.572.494,85 | 29.943.236,15 | 29.816.613,26 | 33.748.092,04 | 33.793.944,63 | 387.113.647,04 |
| SEJUS | 1.204.458,75 | 1.176.936,07 | 1.230.389,68 | 1.248.290,43 | 3.010.506,91 | 16.112.191,72 |
| TOTAL | 32.776.953,60 | 31.120.172,22 | 31.047.002,94 | 34.996.382,47 | 36.804.451,54 | 403.225.838,76 |

7- A Receita Corrente Líquida Ajustada referente ao 6º bimestre de 2022, sem considerar as receitas de petróleo, é de R\$ 19.146.620.523,28, resultando em percentual de despesa total com pessoal de 41,49%.

8 - Mediante apontamentos realizados pela SECONT, pela SEFAZ e pela SEP, encontra-se em análise, no âmbito do Poder Executivo, o enquadramento da CETURB como empresa estatal dependente, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101/2000, bem como a eventual transição da referida empresa para os orçamentos fiscal e da seguridade social (OFSS). Ante o exposto, destaca-se que, caso a CETURB integresse o OFSS, como empresa estatal dependente, no que tange ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal referente ao 3º quadrimestre de 2022, os impactos seriam os seguintes neste anexo:

- Acréscimo de R\$ 62.916.333,34 na linha da Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculo dos limites da despesa de pessoal, passando de R\$ 21.193.712.380,06 para R\$ 21.256.628.713,40;
- Acréscimo de R\$ 25.057.696,69 na linha da despesa líquida de pessoal, passando de R\$ 7.943.796.746,40 para R\$ 7.968.854.443,09;
- A alteração do percentual apurada da linha de despesa líquida de pessoal, passaria de 37,48% para 37,60%.

9 - Os valores das despesas com pessoal, informados pela CETURB, são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Estados, DF e Municípios

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS | | | | | | | | | | | | TOTAL (EXERCÍCIOS 12 MESES) (R) |
|---|--------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--|
| | 03/2022 | | | | | | | | | | | | |
| | DESPESAS POR COMPETÊNCIA | | | | | | | | | | | | |
| | jan-22 | fev-22 | mar-22 | abr-22 | maio-22 | jun-22 | jul-22 | ago-22 | set-22 | out-22 | nov-22 | dez-22 | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Ativo | | | | | | | | | | | | | |
| Vinculações, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 1.199.697,59 | 1.188.023,00 | 1.180.904,38 | 1.184.346,53 | 1.208.690,17 | 1.292.457,72 | 1.143.716,29 | 1.069.374,02 | 1.165.308,47 | 1.121.583,42 | 1.227.727,83 | 1.161.916,00 | 14.363.545,62 |
| Obrigações Patronais | 1.090.028,51 | 652.966,17 | 1.067.789,52 | 701.099,86 | 679.647,13 | 1.511.794,88 | 703.661,12 | 1.121.993,38 | 702.981,76 | 703.567,62 | 695.335,34 | 1.163.147,78 | 10.793.951,01 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | | | | | | | | | | | | |
| Apontamentos, Reserva e Reforma | | | | | | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Precatização ou de Contratação de Fornecedor (I) | | | | | | | | | | | | | |
| 1º do art. 18 da LRF | | | | | | | | | | | | | |
| Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (1º do art. 19 da LRF) | | | | | | | | | | | | | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | |
| Demonstrativo de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apresentação | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apresentação | | | | | | | | | | | | | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II) | 2.289.726,10 | 1.840.989,17 | 2.248.693,90 | 1.885.446,39 | 1.888.337,30 | 2.804.252,60 | 1.847.377,41 | 2.191.367,40 | 1.868.290,23 | 1.823.166,84 | 1.923.063,17 | 2.325.063,78 | 21.057.606,63 |

FUNTE: Sistema «Nome». Unidade Responsável «Nome». Data da emissão «dd/mm/aaaa» e hora de emissão «hh e mm».

1. Nos Demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado

MARCELO ALTOÉ

Secretário de Estado da Fazenda

BRUNO PIRES DIAS

Subsecretário do Tesouro Estadual

EDMAR MOREIRA CAMATA

Secretário de Estado de Controle e Transparência

ALAN JOHANSON

Contador Geral do Estado/SEFAZ

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | Disponibilidade de Caixa Bruta (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (f) | Disponibilidade Líquida (Antes da inscrição de RP Não Processados do Exercício) (g = a - (b + c + d + e) - f) | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício (h) | Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos Por Insuficiência Financeira) | Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a inscrição em RAP não processados do exercício) (i) = (g - h) |
|---|------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|--|-----------------------------------|--|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | RAP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 2.812.007.258,80 | 34.245.132,94 | 135.086.924,51 | 4.433.673,40 | 29.729.079,37 | 0,00 | 2.608.512.448,58 | 417.807.717,58 | 0,00 | 2.190.704.731,00 |
| Recursos Não Vinculados de Impostos | 1.889.520.738,85 | 34.014.497,75 | 131.884.214,25 | 4.420.619,82 | 28.909.660,08 | 0,00 | 1.690.291.746,95 | 407.719.868,12 | 0,00 | 1.282.571.878,83 |
| Outros Recursos Não Vinculados | 922.486.519,95 | 230.635,19 | 3.202.710,26 | 13.053,58 | 819.419,29 | 0,00 | 918.220.701,63 | 10.087.849,46 | 0,00 | 908.132.852,17 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 5.622.323.402,85 | 40.596.808,67 | 641.655.973,99 | 11.224.334,80 | 252.833.440,82 | 0,00 | 4.676.012.844,57 | 778.597.554,46 | 0,00 | 3.897.415.290,11 |
| Recargas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação | 476.690.448,00 | 3.299.711,80 | 380.208.162,34 | 0,00 | 6.952.473,40 | 0,00 | 86.230.100,46 | 57.403.376,72 | 0,00 | 28.826.723,74 |
| Transferências do FUNDEB | 143.288.788,16 | 1.015.557,17 | 63.066.973,46 | 0,00 | 12.140.785,23 | 0,00 | 67.065.472,30 | 0,00 | 0,00 | 67.065.472,30 |
| Outros Recursos Vinculados à Educação | 236.040.354,33 | 545.994,78 | 2.467.506,08 | 0,00 | 164.567,59 | 0,00 | 232.862.285,88 | 6.003.400,32 | 0,00 | 226.858.885,56 |
| Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 222.700.317,84 | 16.572.445,92 | 76.070.101,43 | 10.095.738,49 | 5.429.066,78 | 0,00 | 114.532.965,22 | 76.473.671,66 | 0,00 | 38.059.293,56 |
| Outros Recursos Vinculados à Saúde | 266.234.930,05 | 5.140.352,95 | 29.658.696,78 | 807.037,91 | 987.194,85 | 0,00 | 229.641.647,56 | 30.472.535,21 | 0,00 | 199.169.112,35 |
| Recursos Vinculados à Assistência Social | 3.865.831,87 | 8.034,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.857.797,57 | 52.280,78 | 0,00 | 3.805.516,79 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 26.163.502,87 | 0,00 | 1.906.196,93 | 0,00 | 19.006,97 | 0,00 | 24.238.298,97 | 0,00 | 0,00 | 24.238.298,97 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) | 130.700.130,43 | 0,00 | 4.271.403,24 | 0,00 | 3.640,99 | 0,00 | 126.425.086,20 | 0,00 | 0,00 | 126.425.086,20 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 47.726.037,57 | 0,00 | 4.051.105,07 | 0,00 | 31.626,52 | 0,00 | 43.643.305,98 | 1.097.866,31 | 0,00 | 42.545.439,67 |
| Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde) | 428.097.762,37 | 1.502.570,45 | 46.949.195,33 | 34.854,09 | 88.227,61 | 0,00 | 379.522.914,89 | 53.662.515,32 | 0,00 | 325.860.399,57 |
| Recursos de Alienação de Bens/Ativos | 31.584.691,07 | 0,00 | 1.351.680,00 | 0,00 | 21,98 | 0,00 | 30.232.989,09 | 595.810,73 | 0,00 | 29.637.178,36 |
| Recursos Extraorçamentários | 211.835.387,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 211.824.800,48 | 0,00 | 10.587,08 | 0,00 | 0,00 | 10.587,08 |
| Outros Recursos Vinculados | 3.397.395.220,73 | 12.512.141,30 | 31.654.953,33 | 286.704,31 | 15.192.028,42 | 0,00 | 3.337.749.393,37 | 552.836.097,41 | 0,00 | 2.784.913.295,96 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 8.434.330.661,65 | 74.841.941,61 | 776.742.898,50 | 15.658.008,20 | 282.562.520,19 | 0,00 | 7.284.525.293,15 | 1.196.405.272,04 | 0,00 | 6.088.120.021,11 |

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFTC

NOTA EXPLICATIVA:

- Na linha "Recursos de Alienação de Bens/Ativos" e coluna "Demais Obrigações Financeiras (e)" está sendo computado o valor de R\$ 21,98 registrado pela UG IDAF na conta 218910112 (2021NP01026 de 21/12/2021) e indevidamente na fonte de alienação, quando o correto seria em fonte extra orçamentária.
- A diferença de R\$ 26.564,71 na Disponibilidade Bruta da linha "Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração" para com a disponibilidade verificada na UG IPAJM na conta contábil 111000000, refere-se a recursos financeiros descentralizados a UG PRODEST, para a cobertura proporcional dos custos de manutenção do sistema de folha SIARHES.
- Em observância ao princípio da primazia da essência sobre a forma, na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta (a)" está sendo considerada a conta contábil "114000000 - INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO" no montante de R\$ 4.710.347,49, em virtude de se referir a aplicações financeiras equivalentes de caixa do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS). Ressalta-se que tal valor será objeto de reclassificação para conta contábil "111115000 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA", em 2023.
- Na linha "Recursos Não Vinculados de Impostos" e coluna "Demais Obrigações Financeiras (e)" está sendo computado o valor de R\$ 4.636.054,62 registrado na conta 215150000 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A PAGAR - INTER OFSS - MUNICÍPIOS, tendo em vista se referir a obrigação a pagar, não obstante tal conta não estar no mapeamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar.
- Na linha "Recursos Não Vinculados de Impostos" e coluna "Demais Obrigações Financeiras (e)" está sendo computado o valor de R\$ 2.883.839,35 registrado na conta 215210000 - TRANSFERÊNCIAS LEGAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO, tendo em vista se referir a obrigação a pagar, não obstante tal conta não estar no mapeamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar.
- Na linha "Recursos Não Vinculados de Impostos" e coluna "Demais Obrigações Financeiras (e)" está sendo computado o valor de R\$ 877.999,96 registrado na conta 218910112 - RESTITUIÇÕES DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS POR DEDUÇÃO, tendo em vista se referir a obrigação a pagar, não obstante tal conta não estar no mapeamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar.
- Na linha "Recursos Não Vinculados de Impostos" e coluna "Demais Obrigações Financeiras (e)" está sendo computado o valor de R\$ 2.850,30 registrado na conta 218910104 - RESTITUIÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, tendo em vista se referir a obrigação a pagar, não obstante tal conta não estar no mapeamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar.
- Os valores não vinculados de impostos destinados a contrapartidas (sendo, disponibilidade bruta = 10.647.530,44 e disponibilidade líquida = R\$ 974.972,52) estão sendo considerados na linha "Recursos Não Vinculados de Impostos", em virtude de, nos termos da Portaria STN nº 710/2021, não haver código de fonte de recurso específico para tais valores.

ALAN JOHANSON
 Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
 Contador CRC ES nº 011212/O-0

MARCELO ALTOÉ
 Secretário de Estado da Fazenda

Anexo VI da Ordem de Serviço SUBSET nº 10, de 27 de janeiro de 2023
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/ QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO DE 2022

LRF, art. 48 - Anexo 6

Em R\$

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE | |
|--|--|--|--|
| Receita Corrente Líquida | | | 21.250.420.141,80 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | | | 21.242.340.098,98 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | | | 21.193.712.380,06 |
| DESPESA COM PESSOAL | | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | | 7.943.796.746,40 | 37,48% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49% | | 10.384.919.066,23 | 49,00% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55% | | 9.865.673.112,92 | 46,55% |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 44,10% | | 9.346.427.159,61 | 44,10% |
| DÍVIDA CONSOLIDADA | | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| Dívida Consolidada Líquida | | (881.047.592,28) | -4,15% |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | 42.484.680.197,96 | 200,00% |
| GARANTIAS DE VALORES | | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| Total das Garantias Concedidas | | 51.213.451,90 | 0,24% |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | 4.673.314.821,78 | 22,00% |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| Operações de Crédito Internas e Externas | | 515.356.237,11 | 2,43% |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | | 3.398.774.415,84 | 16,00% |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | - | 0,00% |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | 1.486.963.806,93 | 7,00% |
| RESTOS A PAGAR | | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | | 1.196.405.272,04 | 6.088.120.021,11 |

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

Notas Explicativas :

1 - Mediante apontamentos realizados pela SECONT, pela SEFAZ e pela SEP, encontra-se em análise, no âmbito do Poder Executivo, o enquadramento da CETURB como empresa estatal dependente, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101/2000, bem como a eventual transição da referida empresa para os orçamentos fiscal e da seguridade social (OFSS). Ante o exposto, destaca-se que, caso a CETURB integresse o OFSS, como empresa estatal dependente, referente ao 3º quadrimestre de 2022, os impactos seriam os seguintes:

- Acréscimo da RCL no valor de R\$ 62.916.333,34, o que alteraria a RCL de R\$ 21.250.420.141,80 para R\$ 21.313.336.475,14;
- Acréscimo da RCL Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento no valor de R\$ 62.916.333,34, o que alteraria a RCL ajustada de R\$ 21.242.340.098,98 para R\$ 21.305.256.432,32;
- Acréscimo da RCL Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal no valor de R\$ 62.916.333,34, o que alteraria a RCL ajustada de R\$ 21.193.712.380,06 para R\$ 21.256.628.713,40;
- Acréscimo de R\$ 25.057.696,69 na linha da despesa líquida de pessoal, passando de R\$ 7.943.796.746,40 para R\$ 7.968.854.443,09, passando o percentual de despesa de pessoal apurado de 37,48% para 37,60% sobre a RCL ajustada;
- Alteração do valor da Dívida Consolidada Líquida de R\$ -881.047.592,28 para R\$ -873.672.867,94, o percentual da DCL sobre a RCL AJUSTADA passaria de - 4,15% para -4,10%.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

MARCELO ALTOÉ
Secretário de Estado da Fazenda

BRUNO PIRES DIAS
Subsecretário do Tesouro Estadual

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 011212/O-0

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

| DÍVIDA CONSOLIDADA | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|---------------------------|-------------------------|
| | | Até o 1º | Até o 2º | Até o 3º |
| | | Quadrimestre | Quadrimestre | Quadrimestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 7.383.900.046,12 | 7.193.076.073,79 | 7.314.342.904,26 | 7.269.095.439,77 |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - |
| Dívida Contratual | 7.177.436.346,48 | 6.998.643.586,88 | 7.129.191.029,99 | 7.269.095.439,77 |
| Empréstimos | 4.732.358.834,79 | 4.637.442.147,93 | 4.758.335.103,22 | 4.866.244.603,88 |
| Internos | 3.201.090.783,77 | 3.241.698.432,37 | 3.248.691.939,56 | 3.226.031.397,44 |
| Externos | 1.531.268.051,02 | 1.395.743.715,56 | 1.509.643.163,66 | 1.640.213.206,44 |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 2.149.392.845,02 | 2.134.323.037,96 | 2.151.507.299,03 | 2.167.757.793,19 |
| Financiamentos | - | - | - | - |
| Internos | - | - | - | - |
| Externos | - | - | - | - |
| Parcelamento e Renegociação de dívidas | 295.684.666,67 | 226.878.400,99 | 219.348.627,74 | 235.093.042,70 |
| De Tributos | 295.684.666,67 | 226.878.400,99 | 219.348.627,74 | 211.818.854,48 |
| De Contribuições Previdenciárias | - | - | - | 23.274.188,22 |
| De Demais Contribuições Sociais | - | - | - | - |
| Do FGTS | - | - | - | - |
| Com Instituição Não financeira | - | - | - | - |
| Demais Dívidas Contratuals | - | - | - | - |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | 206.463.699,64 | 194.432.486,91 | 185.151.874,27 | - |
| DEDUÇÕES (II) | 7.011.982.019,45 | 8.598.372.352,32 | 9.893.012.850,31 | 8.150.143.032,05 |
| Disponibilidade de Caixa | 6.855.007.165,46 | 8.057.073.367,67 | 9.257.448.612,76 | 7.452.762.133,81 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 7.898.106.798,89 | 8.707.047.398,55 | 9.959.099.206,91 | 8.892.099.669,06 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 488.440.321,38 | 94.947.350,96 | 82.066.464,96 | 850.162.249,76 |
| (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 554.659.312,05 | 555.026.679,92 | 619.584.129,19 | 589.175.285,49 |
| Demais Haveres Financeiros | 156.974.853,99 | 541.298.984,65 | 635.564.237,55 | 697.380.898,24 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | 371.918.026,67 | - 1.405.296.278,53 | - 2.578.669.946,05 | - 881.047.592,28 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 18.821.227.339,89 | 20.266.867.375,87 | 21.408.036.503,27 | 21.250.420.141,80 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) | 24.989.986,00 | 27.080.847,00 | 12.203.086,00 | 8.080.042,82 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V) | 18.796.237.353,89 | 20.239.786.528,87 | 21.395.833.417,27 | 21.242.340.098,98 |
| % da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI) | 39,28% | 35,54% | 34,19% | 34,22% |
| % da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI) | 1,98% | -6,94% | -12,05% | -4,15% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200% | 37.592.474.707,78 | 40.479.573.057,74 | 42.791.666.834,54 | 42.484.680.197,96 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180% | 33.833.227.237,00 | 36.431.615.751,97 | 38.512.500.151,09 | 38.236.212.178,16 |

| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022 | | |
|--|-----------------------------|----------------------------|------------------|------------------|
| | | Até o 1º | Até o 2º | Até o 3º |
| | | Quadrimestre | Quadrimestre | Quadrimestre |
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | - | - | - | - |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) | 110.720.003,34 | 110.720.003,34 | 103.557.118,28 | 197.701.955,17 |
| PASSIVO ATUARIAL | 5.455.301.191,42 | 5.455.301.191,42 | 5.455.301.191,42 | 6.118.487.513,99 |
| RP NÃO-PROCESSADOS | 1.072.044.066,71 | 474.472.301,56 | 243.836.616,26 | 1.277.348.494,16 |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | - | - | - | - |
| DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP | - | - | - | - |
| APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015 | 166.535.718,53 | 167.053.146,55 | 168.696.580,43 | 168.481.144,43 |

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público e não contemplando o Fundos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS exceto no tocante ao montante de R\$ 6.118.487.513,99 demonstrado na linha "Passivo Atuarial".
- 2 - Em observância ao disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 12ª edição, na linha "Dívida Consolidada (I)" não estão sendo consideradas as provisões que representem o reconhecimento de obrigações cujo valor ainda não esteja definitivamente determinado.
- 3- Conforme consulta à STN, exclui-se desse demonstrativo os valores referentes ao RPPS (Unidades Gestoras 600210 e 600211 e Taxa de administração paga ao IPAJM);
- 4 - Mediante apontamentos realizados pela SECONT, pela SEFAZ e pela SEP, encontra-se em análise, no âmbito do Poder Executivo, o enquadramento da CETURB como empresa estatal dependente, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101/2000, bem como a eventual transição da referida empresa para os orçamentos fiscal e da seguridade social (OFSS). Ante o exposto, destaca-se que, caso a CETURB integrasse o OFSS, como empresa estatal dependente, no que tange ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, referente ao 3º quadrimestre de 2022, os impactos seriam os seguintes:
 - a) Acréscimo do valor de R\$ 4.161.887,48 na linha de Parcelamento e Renegociação de dívidas de Contribuições Previdenciárias, passando de R\$ 211.818.854,48 para R\$ 215.980.741,96;
 - b) Acréscimo do valor de R\$ 5.279.566,61 na linha "Outras Dívidas";
 - c) Acréscimo do valor de R\$ 2.066.729,75 na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", passando de R\$ 8.892.099.669,06 para R\$ 8.894.166.398,81;
 - d) Alteração do valor da Dívida Consolidada Líquida de R\$ -881.047.592,28 para R\$ -873.672.867,94;
 - e) Alteração da RCL ajustada de R\$ 21.242.340.098,98 para R\$ 21.305.256.432,32 e, consequentemente, o percentual da DCL sobre a RCL AJUSTADA passaria de - 4,15% para -4,10%.
- 5 - Na tabela abaixo são demonstrados os valores relativos ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida da CETURB:

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

Em R\$

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|--|--------------------------------------|---|
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência (a) |
| Mobiliária | - | - |
| Interna | - | - |
| Externa | - | - |
| Contratual | 195.693.665,29 | 515.356.237,11 |
| Interna | 42.991.666,04 | 224.049.789,79 |
| Empréstimos | 42.991.666,04 | 224.049.789,79 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | - | - |
| Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços | - | - |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | - | - |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I) | - | - |
| Externa | 152.701.999,25 | 291.306.447,32 |
| Empréstimos | 152.701.999,25 | 291.306.447,32 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | - | - |
| Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços | - | - |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | - | - |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II) | - | - |
| TOTAL (III) | 195.693.665,29 | 515.356.237,11 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | | |
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 21.250.420.141,80 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V) | 8.080.042,82 | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VII) = (IV - V - VI) | 21.242.340.098,98 | - |
| OPERAÇÕES VEDADAS (VIII) | - | - |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IX) = (IIIa + VIII - Ia - IIa) | 515.356.237,11 | 2,43% |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 16,00% | 3.398.774.415,84 | 16,00% |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40% | 3.058.896.974,25 | 14,40% |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | - | 0,00% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 7,00% | 1.486.963.806,93 | 7,00% |
| OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA | | |
| | VALOR REALIZADO | |
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência (a) |
| Parcelamentos de Dívidas | - | - |
| Tributos | - | - |
| Contribuições Previdenciárias | - | - |
| FGTS | - | - |
| Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas | - | - |

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GEOG/SUFIC

NOTA EXPLICATIVA:

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

MARCELO ALTOÉ
Secretário de Estado da Fazenda

BRUNO PIRES DIAS
Subsecretário do Tesouro Estadual

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 011212/O-0

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

Em R\$

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022 | | |
|---|-----------------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| AOS ESTADOS (I) | - | - | - | - |
| Em Operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| Em Operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| AOS MUNICÍPIOS (II) | - | - | - | - |
| Em Operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| Em Operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III) | 50.443.123,91 | 134.122.064,30 | 51.706.666,16 | 51.213.451,90 |
| Em Operações de Crédito Externas | - | 84.358.658,13 | - | - |
| Em Operações de Crédito Internas | 50.443.123,91 | 49.763.406,17 | 51.706.666,16 | 51.213.451,90 |
| POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) | - | - | - | - |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV) | 50.443.123,91 | 134.122.064,30 | 51.706.666,16 | 51.213.451,90 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI) | 18.821.227.339,89 | 20.266.867.375,87 | 21.408.036.503,27 | 21.250.420.141,80 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII) | 24.989.986,00 | 27.080.847,00 | 12.203.086,00 | 8.080.042,82 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII) | 18.796.237.353,89 | 20.239.786.528,87 | 21.395.833.417,27 | 21.242.340.098,98 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VII) | 0,27% | 0,66% | 0,24% | 0,24% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22% | 4.135.172.217,86 | 4.452.753.036,35 | 4.707.083.351,80 | 4.673.314.821,78 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80% | 3.721.654.996,07 | 4.007.477.732,72 | 4.236.375.016,62 | 4.205.983.339,60 |

| CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022 | | |
|---|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DOS ESTADOS (IX) | - | - | - | - |
| Em Garantia às operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| Em Garantia às operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| DOS MUNICÍPIOS (X) | - | - | - | - |
| Em Garantia às operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| Em Garantia às operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI) | 50.443.123,91 | 49.763.406,17 | 140.109.945,11 | 137.794.265,99 |
| Em Garantia às operações de Crédito Externas | - | - | 88.403.278,95 | 86.580.814,09 |
| Em Garantia às operações de Crédito Internas | 50.443.123,91 | 49.763.406,17 | 51.706.666,16 | 51.213.451,90 |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII) | - | - | - | - |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII) | 50.443.123,91 | 49.763.406,17 | 140.109.945,11 | 137.794.265,99 |

MEDIDAS CORRETIVAS:

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - Em Garantias concedidas não está computado o montante de R\$ 142.665.350,00, registrado erroneamente na conta contábil 812110198 (UG 800102), referente a contragarantia concedida pelo Estado à União, em operação de crédito do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BI), conforme contrato 28/2021/COF - 11/2021, será regularizado no decorrer do exercício seguinte.

2 - Em garantias concedidas, o valor de R\$ 51.213.451,90 refere-se a garantia do Estado concedida à CESAN, na operação de crédito 0346.616.-59/2014 contratada com a CEF e destinada a programas de saneamento.

3 - Em garantias concedidas, não está computado e nem registrado contabilmente o valor de R\$ 86.580.814,09 (30 milhões de dólares americanos) refere-se a garantia do Estado concedida à União, na operação de crédito externa junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID capitado pelo BANDES, contrato nº 5138/OC-BR, será regularizado no decorrer do exercício seguinte.

4 - Em garantias concedidas não está computado os valores de R\$ 27.045,00 (Fianças) e R\$ 989.688,07 (Cauções) registrados contabilmente, por não referir-se a operações de crédito.

5 - O valor de R\$ 51.213.451,90 em Contragarantias Recebidas refere-se a contragarantia da CESAN-ES à garantia concedida pelo Estado na operação de crédito 0346.616-59-CEF.

6 - O valor de R\$ 86.580.814,09 em Contragarantias Recebidas refere-se a contragarantia do BANDES-ES à garantia concedida pelo Estado na operação de crédito BID contrato nº 5138/OC-BR.

7 - Os valores a seguir, classificados contabilmente como "Garantia/Contragarantia Recebida", não foram informados neste demonstrativo, por não referir-se a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros aos Órgãos do Estado:

| Conta Contábil | Posição - Dezembro de 2021 | Posição - Abril 2022 | Posição - Agosto 2022 | Posição - Dezembro 2022 |
|---|----------------------------|----------------------|-----------------------|-------------------------|
| 811110101 - AVAIS A EXECUTAR | 306.239,37 | 306.239,37 | 27.921,55 | 27.921,55 |
| 811110103 - FIANÇAS A EXECUTAR | 14.419.915,80 | 13.748.029,24 | 15.249.790,59 | 15.419.242,28 |
| 811110107 - SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR | 280.451.635,46 | 301.159.793,34 | 306.123.797,31 | 346.139.660,21 |
| 811110111 - CAUÇÕES A EXECUTAR | 10.249.393,01 | 8.651.276,51 | 8.626.698,96 | 9.165.364,67 |
| 811110113 - OUTRAS CAUÇÕES A EXECUTAR | 3.151.282,76 | 3.151.282,76 | 3.151.282,76 | 3.151.282,76 |
| 811110127 - SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR - A DETALHAR POR CONTRATO | 505.136,73 | 505.136,73 | 505.136,73 | 505.136,73 |
| 811110131 - CAUÇÕES A EXECUTAR - A DETALHAR POR CONTRATO | 2.170.172,55 | 2.170.172,55 | 1.096.524,83 | 1.096.524,83 |
| 811110198 - OUTRAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS A EXECUTAR | 0,00 | 120.126,18 | 120.126,18 | 120.126,18 |

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

MARCELO ALTOÉ
Secretário de Estado da Fazenda

BRUNO PIRES DIAS
Subsecretário do Tesouro Estadual

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 011212/O-0